

Equipe de Lula propõe a criação de uma pensão para os órfãos da Covid-19

A equipe de transição do presidente eleito, Lula (PT), sugeriu o pagamento de uma pensão para crianças e adolescentes de famílias mais pobres que ficaram órfãos após os pais ou responsáveis morrerem em consequência de complicações causadas pela Covid-19. Até esta terça-feira (13), 691.174 brasileiros morreram vítimas da doença.

A proposta dos técnicos é pagar mensalmente uma pensão para os chamados 'órfãos da Covid' de baixa renda. Eles não sabem o número de crianças e adolescentes que podem ser beneficiados porque o governo não tem um levantamento de quantos se encaixam nessa situação.

O gabinete de transição consultou organizações que calculam entre 130 mil a 282 mil órfãos da Covid.

A proposta de implementação do benefício se ampara em leis sobre o tema que tramitam no Congresso. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid do Senado, por exemplo, propôs a criação de uma pensão especial para crianças e adolescentes órfãos de vítimas da pandemia da Covid-19 até 21 anos de idade, ou 24 anos se o beneficiário entrar em um curso superior. O valor depende de regulamentação do Executivo.

Os relatórios dos técnicos de diversas áreas de atuação, que foram entregues ao gabinete de transição nesta terça-feira (13), servirão de base para a implementação de políticas públicas no governo Lula, que toma posse em 1º de janeiro de 2023.

De acordo com o Estadão, o relatório também sugere a revisão de políticas implementadas pela ex-ministra Damares Alves no Ministério de Direitos Humanos, além da recomposição das verbas e programas destinados à proteção de crianças e adolescentes.

O documento aponta "um retrocesso nunca antes documentado nas condições de vida e na garantia de direitos da população de 0 a 18 anos", apesar da propaganda feita de que a proteção de crianças era uma das principais bandeiras da ex-ministra.

Entre 2018 e 2020, os recursos voltados aos direitos da criança e do adolescente caíram de R\$ 203 milhões para R\$ 54. E o orçamento prevista para o ano que vem é ainda menor, de R\$ 42 milhões.

Com os cortes, o grupo de transição apontou a falta de combate ao trabalho infantil, a extinção da comissão de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e a interferência da ex-ministra na nomeação de integrantes do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.

"Apesar dos discursos de proteção da criança, que supostamente seria a prioridade do governo Bolsonaro, isso ficava apenas para pautas fundamentalistas. Na prática, o governo foi um desastre nessa área", afirmou ao Estadão o advogado Ariel de Castro Alves, coordenador da área de Direitos da Criança e do Adolescente no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da transição.

Fonte: CUT

Bolsonaro veta Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil'

O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou integralmente o Projeto de Lei (PL) nº 488/2021, aprovado pelo Congresso Nacional em novembro, que proibia a "arquitetura hostil" – construções cujo único objetivo é afastar pessoas pobres de espaços públicos e dificultar o acesso de grupos de idosos, crianças ou pessoas em situação de rua.

(...)

Outros são colocar espetos pontiagudos em fachadas comerciais, pavimentação irregular, pedras ásperas, jatos de água, cercas eletrificadas ou de arame farpado e muros com cacos de vidro. Também em 2021, o papa Francisco denunciou a chamada "arquitetura hostil" contra os mais pobres. "Passam-se os séculos, mas a condição de ricos e pobres se mantém inalterada, como se a experiência da história não nos tivesse ensinado nada", disse o pontífice, ao analisar a "desigualdade" que reina nas sociedades modernas. "Chegou-se ao ponto de teorizar e construir uma arquitetura hostil para se desfazer de sua presença, inclusive nas ruas, últimos lugares de acolhida", afirmou o Papa. **Veto pode ser derrubado** O veto de Bolsonaro foi publicado na edição desta quarta-feira (14) do Diário Oficial da União (DOU).

[Matéria completa em cut.org.br](http://cut.org.br)



Pelo fim imediato do acampamento golpista-ilegal em Brasília

Passou da hora de os comandantes militares assumirem sua responsabilidade legal e providenciarem a desmobilização do acampamento golpista-ilegal instalado em área militar, próxima ao QG do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília.

Já existiam todas as razões para isso, inclusive o fato de os atos antidemocráticos terem suporte logístico de caminhões precedentemente envolvidos em tráfico de drogas, contrabando, crimes ambientais, como revelado pela PRF.

Depois de ontem esperar mais o quê? Por que os golpistas continuam ali, impunemente?

A última vez que o centro de Brasília viveu cenas de vandalismo foi em 24 de maio de 2017. Naquele dia, 200 mil servidores saíram do estádio Mané Garrincha em direção ao Congresso Nacional em luta contra os projetos de reformas trabalhista e da previdência. A marcha foi brutalmente interrompida pela ação de provocadores

infiltrados ensejando violenta repressão policial.

A Condsef/Fenadsef, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal/Federação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, se posicionou de imediato, naquele 24 de maio de 2017:

"agentes provocadores depredaram cinco Ministérios sob o olhar complacente da polícia do DF. A Condsef/Fenadsef repudia com veemência a destruição do patrimônio público realizada por provocadores estranhos à manifestação e que tinha como único objetivo fornecer o pretexto para o governo golpista pedir a intervenção das Forças Armadas no DF."

Dia 12 de dezembro, o vandalismo voltou com ares de terrorismo. Foram queimados oito veículos particulares, cinco ônibus tentaram jogar um deles de cima de um viaduto - e depredada uma viatura do Corpo de Bombeiros. Botijões de gás foram espalhados pelas ruas!

A cidade amanheceu hoje com as paradas abarrotadas por

que os ônibus demoraram a começar a circular. Cidadãos brasilienses, entre eles servidores e empregados públicos federais, ficaram à mercê dos vândalos por várias horas.

Como em 2017, e novamente em defesa da democracia, a Condsef/Fenadsef vem a público somar-se às vozes que repudiam os atos de vandalismo da noite de ontem e exigem apuração e punição dos responsáveis.

Numa entrevista coletiva, o Secretário de Segurança do Governo do Distrito Federal deixou claro que não pode agir em área militar, cabendo ao respectivo comando adotar as providências necessárias.

É urgente retirar esses acampamentos que retroalimentam os golpistas e criam as condições para os atos de vandalismo que ontem paralisaram o centro de Brasília.

Brasília-DF, 13 de dezembro de 2022.

Direção da CONDSEF/
FENADSEF

**SELETIVO
PROEJA**
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

790 vagas
 15 cidades

**INSCRIÇÕES GRÁTIS
15 a 30/12**